

~ ENTREVISTA ~

“Não acredito no desígnio do lítio. Projeto morreu à nascença”

Montalegre Presidente do Município duvida que possa haver financiadores nacionais ou internacionais enquanto houver processos em tribunal

POR
Eduardo Pinto
locais@jn.pt

O presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Orlando Alves, só dará parecer favorável à mina de lítio no seu concelho se cientistas reconhecidos, indicados pela Associação Montalegre com Vida, entenderem que a exploração é benéfica. Exige que toda a indústria, desde a exploração à transformação, fique ali instalada, mesmo que o Governo já tenha assumido que a refinaria deve ser criada na zona do Porto. Orlando Alves não acredita que o projeto do lítio para Montalegre tenha viabilidade, pelo menos para já, tendo em conta que há processos a ser dirimidos em tribunal entre empresas com interesses na mina.

O lítio é ou não uma oportunidade para a região do Barroso?

O lítio apresentou-se-nos em 2016, quando começou a prospeção, como sendo uma oportunidade. Percebemos que poderia não ser assim quando a empresa fez reuniões nas aldeias e anunciou a abertura de uma cratera com 800 metros de diâmetro e 300 metros de profundidade. Nunca acreditei que fosse possível uma coisa dessas. Estamos na União Europeia, onde as questões ambientais são escrutinadas ao pormenor e isso nunca poderia ser possível.

No entanto, esse anúncio criou instabilidade.

Foi o rastilho que veio incendiar e mobilizar, e muito bem, toda a população contra um desígnio que pode ser do Estado, mas não tem necessariamente de ser o nosso.

O projeto terá sido mal explicado desde o início?

Claramente. Agora a empresa já disse que não será uma exploração em cratera a céu aberto, mas em galeria. Continuamos à espera do estudo de impacto ambiental, que vai dizer como funcionará o plano de lavra, as quantidades que vão ser extraídas, o sítio onde vão loca-



Orlando Alves só dará parecer favorável ao lítio se as populações não ficarem a perder

lizar-se as escombrelas e o local onde será feito o processamento.

Esse local deverá ser em Montalegre?

Se alguém pretende retirar a matéria-prima daqui e levá-la para outro sítio não nos interessa. Ou se faz a verticalização toda do processo – desde a exploração até à transformação, incorporando mão de obra qualificada, resultando daí o povoamento do território – ou então, se for para a zona do Porto, como já foi anunciado, naturalmente, não contem conosco nem com a nossa simpatia.

E se ficar mesmo no Porto?

E porque é que tem de ficar no Porto, se aquela zona já não tem espaço para incorporar absolutamente mais nada? Não nos queiram esventrar a nossa terra para retirar daqui a matéria-prima e lavá-la para outro lado. Se isso acontecer

o parecer da Câmara será sempre negativo. Mesmo que não seja vinculativo, pois sendo um desígnio do Estado ele é que determina as regras e decide.

Acredita nesse desígnio?

Não acredito. O projeto do lítio morreu à nascença, quando envolve duas empresas que estão em litigância em tribunal e quando necessita de muitos milhões de euros. Não haverá fundo nenhum, nem banco nenhum, seja na Europa, seja no Mundo, que injete capital num processo em que as partes não se entendem.

A Câmara de Montalegre quer que o projeto avance?

Se a exploração for com uma cratera a céu aberto, não a queremos cá, ainda que possa ter implícita a fixação de pessoas. Se for em galeria, os impactos e as medidas mitigadoras serão analisados pelo

Município. Só depois poderá emitir um parecer, que será sempre concertado com a Associação Montalegre com Vida. A Câmara, que sempre disse estar ao lado do povo, assumirá o parecer que resultar da avaliação que vier a ser realizada por uma universidade, um politécnico ou por um grupo de cientistas escolhidos pela associação, para que não restem dúvidas. A Câmara suportará os custos desse estudo.

“Posso concordar ou discordar com o processo do lítio, mas ainda não vi qualquer ilícito”

“Não preciso de defender a posição do Governo, porque este também não me defende”

Mas a ideia que tem passado é que o presidente sempre foi a favor do projeto.

Tem-se feito uma colagem abusiva do presidente e da Câmara ao projeto, mas a verdade é que nunca tomaram qualquer posição. Apenas têm dito que são favoráveis a tudo quanto traga desenvolvimento, progresso, criação de riqueza e fixação de pessoas. E desde que tudo se faça no respeito absoluto pelos valores patrimoniais e ambientais do território, e contemple também a defesa do interesse das populações. Daí que tenham dado parecer favorável à prospeção, que apenas visava a identificação dos recursos e que não tem nunca implícita a exploração.

Porque é que esta posição não foi compreendida?

Porque, havendo pessoas no terreno bem-intencionadas, movidas por propósitos de defesa da terra e dos seus valores patrimoniais e ambientais, também têm lá infiltrados desde o início, que pretendem transformar todo este movimento num propósito político de ataque à Câmara de Montalegre. Eu sempre disse que havia ali interesses escondidos que, mais tarde ou mais cedo, iriam revelar-se, embora ainda não tenham mostrado a cara.

O Governo garantiu que parte dos royalties da exploração serão para o concelho. Fica satisfeito?

Mais importante que os royalties que possam ser traduzidos em benefício para os cofres municipais, é acertar com a empresa as indemnizações que são devidas às entidades gestoras de baldios e às populações detentoras dos terrenos que possam vir a ser expropriados. Os royalties serão importantes, mas não coloco nelas grande expectativa, porque estamos habituados a ver os nossos recursos serem espoliados, aproveitados por entidades ou empresas que têm a sua sede em Lisboa. ●